TEMA

ENTREVISTA | MARIANO GAGO

# Cursos sem saída vão estar nos dados do desemprego

Já este ano, os indicadores do desemprego dos licenciados vão passar a incluir os cursos e as instituições que os formaram. É uma das medidas para a responsabilização de um sector que terá de atrair muito mais alunos nos próximos anos. O próprio financiamento vai depender do número de estudantes formados com sucesso. As propinas não sofrem aumentos até 2009

Ⓣ Filomena Naves e Pedro Sousa Tavares Ⓕ Leonardo Negrão

**José Mariano Gago**
**Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Nasceu em 1948

Doutorou-se em Física e desenvolveu investigação no CERN, em Genebra

Foi ministro da Ciência no Governo de Guterres, entre 1995 e 1999. Voltou a assumir a pasta com José Sócrates, agora com o Ensino Superior também

Muda quase tudo. Ou pelo menos é essa a intenção. Contra as acusações de inércia da oposição política, Mariano Gago garante que está em curso uma reforma que passa pela especialização das instituições, pelas parcerias internacionais, pela alteração radical dos modelos de funcionamento e de gestão das universidades e por uma maior responsabilização em relação ao sucesso escolar dos alunos. A começar já este ano.

**Que benefícios podemos esperar do novo modelo de cursos definido pelo Processo de Bolonha?**

Criar cursos mais curtos, com primeiros e segundos ciclos, teve por objectivo aumentar a empregabilidade e diminuir o insucesso escolar. Muitos estudantes com dificuldades económicas e escolares não terminavam os cursos mais longos. Aliás, nem sequer abordavam esses cursos.

**Há quem diga que falta apostar em formações mais qualificantes...**

Essa crítica aplica-se a algumas instituições, mas é injusta em relação a outras que têm enorme preocupação com o mercado de trabalho, que têm cursos com enorme qualidade e a preocupação com o trabalho do aluno orientado.

**As instituições vão ser obrigadas a acompanhar a inserção profissional dos seus licenciados. Será uma regra bem aceite?**

Algumas universidades já estão a seguir e a divulgar de forma sistemática o percurso dos seus licenciados. Mas isso não chega. É preciso fazê-lo de forma organizada e com transparência. E há uma maneira indirecta de o ajudar a fazer: dando informação pública da totalidade dos dados que se encontram nos centros de emprego, relativamente a licenciados no desemprego, com informação sobre os cursos a que correspondem os perfis das pessoas desempregadas.

**Identificando cursos e instituições com piores desempenhos?**

Sim. É preciso dizer que hoje ser licenciado em Portugal é um passaporte para o emprego, ao contrário do que as pessoas julgam. A taxa de desemprego de licenciados é muito mais baixa e sobretudo o tempo médio para obter emprego é muito mais baixo. Dar informação sobre as áreas e cursos com maiores dificuldades de empregabilidade é útil para as instituições e para os estudantes.

**Quando é que esses dados vão ser divulgados?**

Isso foi já acordado com o Ministério do Trabalho. Actualmente temos informação por área, mas não por curso e instituição. A alteração do modelo de inquirição vai acontecer já no princípio do ano e, em Junho ou Julho, teremos um panorama realista da situação.

**Mas não estão já identificados os casos mais sensíveis, como os licenciados em educação?**

Em termos de áreas, o sector da educação corresponde de facto a 31% dos licenciados no desemprego, mas depois há as artes e humanidades com 12%, e uma área que abrange muitas profissões, as ciências sociais, comércio e direito, com 28%.

**Defende a redução da oferta excessiva de certos cursos. Isto está a ser conseguido?**

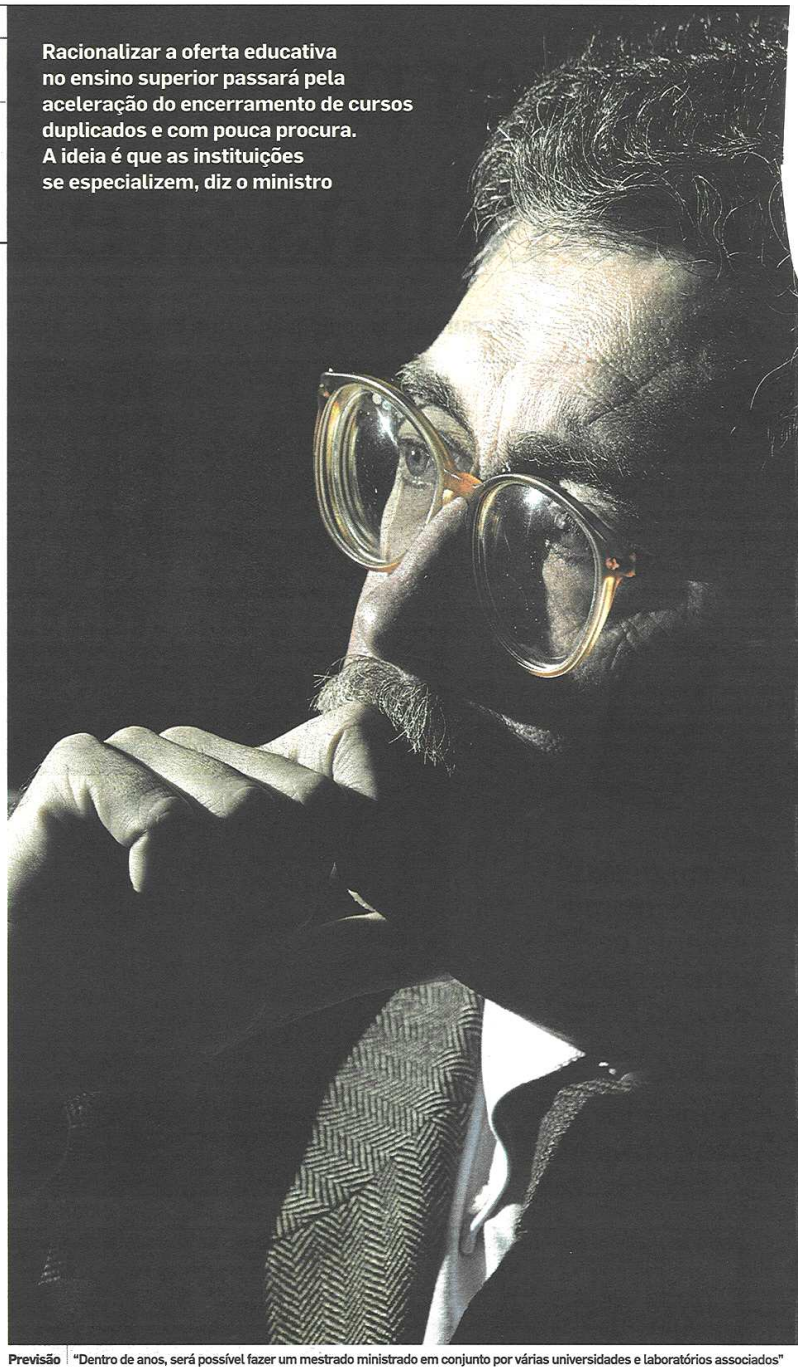
Havia uma forma inteligente de o fazer, com a associação entre instituições e a concentração de recursos. Como isso não aconteceu, o Estado introduziu mecanismos de redução de desperdício, para eliminar a prazo o financiamento público nos casos em que o número de estudantes é tão baixo que não o justifica. Mas este é um processo muito lento e é precisa uma regulação externa.

**A futura entidade reguladora do sector vai desempenhar esse papel?**

Uma das suas principais missões será a orientação da oferta formativa. Fechará cursos inevitavelmente, acelerando e racionalizando um processo que já está em curso.

**Falou-se também na fusão entre duas grandes universidades de Lisboa. Que fundamento há nisso?**

Nenhum. Racionalizar a oferta educativa significa apenas, em alguns casos, reduzir o número de cursos iguais que se encontram dispersos por inúmeras instituições, de forma a que haja mais pessoal docente qualificado em contacto com os estudantes desses cursos. Isso vai exigir alguma especialização por parte das instituições. ■



**Racionalizar a oferta educativa no ensino superior passará pela aceleração do encerramento de cursos duplicados e com pouca procura. A ideia é que as instituições se especializem, diz o ministro**

**Previsão** | "Dentro de anos, será possível fazer um mestrado ministrado em conjunto por várias universidades e laboratórios associados"

ENTREVISTA

## "Propinas não aumentarão", é o compromisso do Governo para toda a legislatura

O ministro do Ensino Superior garante que "a posição política do Governo" é de que "as propinas não aumentarão" até ao fim da legislatura. "Ao contrário do que pensa grande parte da sociedade portuguesa, não temos estudantes a mais no ensino superior. Isso é falso. Temos estudantes a menos e precisamos de muitos mais. E sabemos que a verdadeira batalha social começa aqui, na atracção de mais alunos", explica Mariano Gago. Para o ministro, "apesar da vantagem para o orçamento das instituições, seria ilógico um aumento de propinas" quando existe este objectivo.

De referir que este compromisso significa apenas que o Governo não aumentará o valor máximo que pode ser pedido (excepto acertos de inflação), que se situa hoje nos 920,17 euros anuais nas universidades e nos 850 euros nos politécnicos. Actualmente, a esmagadora maioria das universidades já cobra a propina máxima, mas nos politécnicos a média ainda se situa nos 750 euros, cem euros abaixo do tecto para o sector.

Em todo o caso, não deixa de ser uma boa notícia para os estudantes. Sobretudo, tendo em conta que, entre 2001 e 2004, as propinas aumentaram cerca de 21% ao ano nas instituições públicas.

O ministro assume também a aposta no reforço da acção social escolar, "para melhorar as condições de acesso dos estudantes com mais dificuldades económicas" e a consolidação de um sistema de "empréstimos reembolsáveis em função do rendimento e que não estejam indexados a uma garantia real". Um sistema que está em negociação com a banca para vigorar já no próximo ano lectivo. Mariano Gago assume que "não foi possível" concretizar esse sistema já este ano lectivo devido à "experiência limitada" que havia nesta matéria: Existem de facto bancos que oferecem empréstimos sem garantias, mas estão limitados aos estudantes com um percurso escolar absolutamente excepcional". No entanto, o ministro considera já existirem condições para se anunciar "com alguma segurança" um sistema que não se resuma "ao 1% dos melhores estudantes". ■

# Financiamento dependerá do número de alunos formados

**Em que medida é que os novos objectivos se vão traduzir no modelo de financiamento do superior?**

Devemos encorajar que as instituições se especializem no que são melhores e concentrem mais recursos nessas áreas. O modelo de financiamento baseado apenas no número de alunos inscritos é um modelo perverso. Podemos imaginar uma solução oposta, em que o financiamento é baseado no número de alunos graduados com sucesso. É um modelo adequado desde que seja associado a um controlo de qualidade reconhecido por todos.

**Quais são as medidas mais urgentes a concretizar no ensino superior?**

Em primeiro lugar um maior número de alunos no primeiro ciclo. Hoje temos cerca de 370 mil estudantes no ensino superior público e privado e cerca de 70 mil licenciados por ano. É muito pouco. Temos de ter mais estudantes e com mais sucesso escolar. Temos também de ter muito mais estudantes nos segundos ciclos [mestrados]. Em toda a Europa, os segundos ciclos são muito especializados, exigem recursos humanos muito qualificados, uma maior aproximação à profissão e à investigação.

**E como acompanhar essa evolução?**

Juntando esforços. A ideia de segundos ciclos feitos apenas por uma instituição, por uma faculdade, é uma ideia que julgo condenada. Acredito que os segundos ciclos vão mudar a geografia das universidades portuguesas. Dentro de alguns anos, um aluno inscreve-se num mestrado subscrito e garantido por três faculdades, duas universidades, dois laboratórios associados...

**Parcerias internacionais também?**

Já se estão a desenhar segundos ciclos que envolvem instituições portuguesas e de outros países. Ainda há pouco tempo, parcerias feitas entre universidades portuguesas e universidades da Galiza, em Biologia Marinha e Nanomedicina, permitiram ver que eram precisas as competências de várias universidades para se fazer um segundo ciclo competente, interessante à escala internacional.

**E ao nível dos politécnicos?**

Esse movimento de internacionalização está muito mais atrasado nos politécnicos e tem de ser acelerado. Ao longo deste ano vão ser criadas parcerias entre politécnicos portugueses e politécnicos de referência nas suas áreas na Holanda, Finlândia, Suíça ou Alemanha. De forma que possam encontrar vias de especialização que sejam úteis para o País.

**A OCDE diz que é essencial apostar nos politécnicos para aumentar os alunos. Mas esse aspecto não tem transparecido no discurso oficial...**

Não subscrevo a sua análise. Se tivesse de escolher um traço fundamental da reforma que vai ser posta em execução, seria o reforço do sistema binário e da especialização de politécnicos e universidades em Portugal. E, associada a essa característica, a ideia de que a frequência do 1.º ciclo deve acontecer nos dois sistemas, mas mais no politécnico do que no universitário. É de esperar que, ao oferecer formações mais curtas e orientadas para o mercado de trabalho, esse sector tenha mais condições de atrair novos estudantes.

**Mas os politécnicos vão continuar a receber menos por aluno ...**

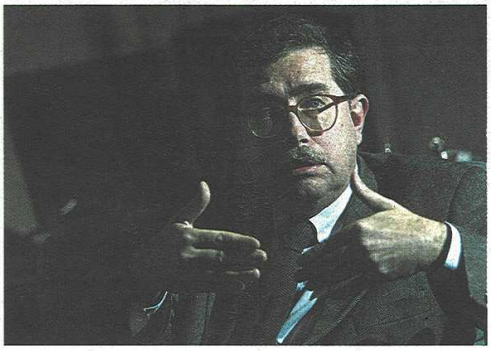
O financiamento por aluno nos politécnicos de todo o mundo é mais baixo porque os custos de formação são mais baixos do que nas universidades e é por isso que os países que têm sistemas binários têm mais facilidade de atrair alunos. Mas o sector já está a ser reforçado. Este ano, o ligeiro aumento no número de alunos que houve aconteceu essencialmente nos politécnicos e isso teve uma repercussão positiva para estes.

**O orçamento para o superior sofreu um corte, agravado pela obrigatoriedade da retenção de verbas para a Caixa Geral de Aposentações. Não há um conflito entre esse facto e as mudanças exigidas?**

Não há conflito nenhum. Claro que dá muito mais trabalho ter uma estratégia para reduzir as ineficiências, mas esse esforço tem de se fazer, porque é a soma dessas parcelas que produz o défice público. Quanto à Caixa Geral de Aposentações, todas as instituições autónomas fazem esse pagamento. O ensino superior, depois de o processo ter sido adiado sucessivamente, passa a contribuir com uma taxa reduzida, em condições excepcionais que mais nenhum sector teve.

**Mas concorda que a prazo é preciso investir mais, como diz a OCDE?**

O défice público tem de se reduzir significativamente, daí termos decidido que os recursos afectos para o ensino superior, ligeiramente acima de 1% do produto interno bruto, não vão crescer até ao fim da legislatura. O grande debate na Europa é se no futuro será possível que o ensino superior cumpra os seus objectivos sociais e económicos com este nível de investimento e a generalidade das análises dizem que não. Se o nível fosse este mas o investimento privado, como acontece nos EUA, fosse semelhante, tudo estava bem. O ensino superior teria 2% do PIB. Mas não tem. Tem muito pouco investimento privado, seja das famílias ou das empresas. ■



O reforço da investigação e das pós-graduações ajudará a criar emprego científico

A internacionalização está mais atrasada nos politécnicos e vai ser acelerada em 2007
MARIANO GAGO

## "Emprego científico está a crescer nas empresas"

**2006 foi um ano de protestos dos bolseiros. Como vê essa situação?**

É natural que pessoas em formação avançada exprimam a sua angústia pela inserção no mercado de trabalho. A resposta positiva é o reforço do sistema científico, não o retrocesso, e muito menos a criação de um funcionalismo público abundante no sector. Nunca defendi que o Estado não devesse assumir uma parte da responsabilidade e por isso lançámos o programa para a contratação [de mil investigadores até final de 2008] por via competitiva. É verdade que em certas áreas, como a biologia e biotecnologia, houve maior desproporção entre formação avançada e evolução do emprego científico na indústria. Mas a política pública foi manter o ritmo de formação, e o que está a verificar-se é a possibilidade de criação de *startups* de biotecnologia e a reconfiguração de indústrias farmacêuticas, alimentares e do ambiente. Sem pessoas qualificadas não haveria essa mudança no sector empresarial, onde o emprego científico está a crescer a ritmo acentuado.

**Tem havido dificuldade no pagamento das verbas de funcionamento aos centros de investigação. Qual é o problema?**

O financiamento plurianual das instituições, neste quadro comunitário de apoio, era em parte assegurado por verbas comunitárias. Foi muito difícil para muitas instituições e procurámos minorar a situação com as verbas nacionais disponíveis. Mas a questão fica completamente resolvida em 2007, porque o financiamento plurianual passa a ser assegurado exclusivamente por verbas nacionais. ■